

PREGÃO ELETRÔNICO

012/2026 (90.012/2026)

CONTRATANTE (UASG)
(183038)

OBJETO

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), por meio de entroncamento SIP (SIP Trunk) ou por nuvem pública de telefonia STFC, e Serviço Móvel Pessoal (SMP), conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 781.017,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 08/07/2026 às 11h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:
Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9. DO TERMO DE CONTRATO	19
10. DOS RECURSOS	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

MODELO DE EDITAL – SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 (PE Nº 90.012/2026)

(Processo Administrativo nº 52402.005975/2024-81)

Torna-se público que o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI**, por meio da Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado(a) Rua Mayrink Veiga nº 09 - Centro, Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CNPJ nº 42.521.088/0001-37, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), por meio de entroncamento SIP (SIP Trunk) ou por nuvem pública de telefonia STFC, e Serviço Móvel Pessoal (SMP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.

1.2.1. relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2. relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 Pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,

de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de

2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário / mensal e total do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo II deste edital.

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo II deste edital.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um real).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.22.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.22.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.22.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.22.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.22.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.22.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.22.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.24.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2.2. empresas brasileiras;

6.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.8.1 Por não ser uma contratação com mão-de-obra exclusiva, não há acordo, dissídio ou convenção a ser indicada.

7.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. conter vícios insanáveis;

7.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de executabilidade;

7.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a executabilidade da proposta.

7.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.16. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.17. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.20. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.22. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.23. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.24. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.25. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.25.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.25.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.25.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.25.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.26. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico constante neste Edital e também poderão ser disponibilizados por meio eletrônico, através de solicitação pelo licitac@inpi.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.34, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitac@inpi.gov.br ou por petição dirigida à Divisão de Processos de Aquisição – DIPRA, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, por meio do Serviço de Protocolo e Expedição – SEPEX, situado na Rua Mayrink

Veiga, nº 09, 24º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20090-910, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 (PE Nº 90.012/2026)
ENVELOPE COM DOCUMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
RAZÃO SOCIAL E CNPJ (DA REMETENTE)

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico licitac@inpi.gov.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I: Anexo I-A - ETP 03-2025;

- 13.11.1.2. Apêndice do Anexo I: Anexo I-B – SIP – Trunk.;
- 13.11.1.3. Apêndice do Anexo I: Anexo I-C – Termo de Sigilo;
- 13.11.1.4. Apêndice do Anexo I: Anexo I-D – Termo de Ciência;
- 13.11.1.5. Apêndice do Anexo I: Anexo I-E – Modelo de Proposta de Preços;
- 13.11.1.6. Apêndice do Anexo I: Anexo I-F – Ordem de Fornecimento de Bens;
- 13.11.2 Anexo II – Valores de Referência da Contratação;
- 13.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

....., de de 20.....

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 (PE Nº 90.012/2026)
PROCESSO Nº 52402.005975/2024-81

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

MICT-INPI-INST.NAC.DA PROPR.INDUSTRIAL/RJ

Contratação de Serviços STFC e SMP 35/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

35/2025

183038-MICT-INPI-INST.NAC.DA PROPR.INDUSTRIAL/RJ

Editado por

WILSON JOSE SIQUEIRA

Atualizado em

09/06/2026 14:49 (v 0.48)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC

Número da Contratação

52402.005975/2024-81

Processo Administrativo

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), por meio de entroncamento SIP (SIP Trunk) ou por nuvem pública de telefonia STFC, e Serviço Móvel Pessoal (SMP), nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Quadro 1 - Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC

GRUPO 1						
Item	Especificação	CATSER	Unidade	Qtd	Valor Mensal	Valor Total (30M)
1	Serviços de telefonia fixa comutada (STFC), por SIP Trunk, visando disponibilizar 2.499 (dois mil quatrocentos e noventa e nove) ramais , com suporte a, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) chamadas simultâneas, garantindo qualidade, disponibilidade e interoperabilidade com a infraestrutura de comunicação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.	26174	Serviço	1	R\$ 9.175,02	R\$ 275.250,60

Quadro 2 - Serviço Móvel Pessoal

GRUPO 2							
Item	Especificação	CATSER	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor da Mensalidade	Valor Total (30M)
1	Assinatura Mensal de linha de voz, com ligações locais VC1, VC2, VC3 e LDN ilimitadas, SMS (1.000 por mês), roaming internacional, acesso à caixa postal, secretária eletrônica ilimitado, franquia mínima de 50 GB e fornecimento de chips e smartphones em comodato	26387	Assinatura Mensal	50	R\$ 268,30	R\$ 13.415,00	R\$ 402.450,00
2	Chamadas Internacionais	27847	Minutos	105	R\$ 1,22	R\$ 128,10	R\$ 3.843,00
3	Utilização de SMS e Dados em Roaming Internacional (mínimo 1GB)	27855	Diárias de Franquia	10	R\$ 25,83	R\$ 258,30	R\$ 7.749,00
4	Linha de dados, com franquia de 50 GB, com fornecimento de MODEMS 5G e SIM Cards em comodato	26344	Assinatura Mensal	6	R\$ 245,00	R\$ 1.470,00	R\$ 44.100,00
5	Linha de dados, com franquia de 50 GB, com fornecimento de Tablets 5G e SIM Cards em comodato	26344	Assinatura Mensal	6	R\$ 228,30	R\$ 1.369,98	R\$ 41.099,40
Total em 30 Meses							R\$ 499.241,40

1.2. As estimativas de consumo individualizadas encontram-se detalhadas na próxima seção: 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.

- 1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua prestação ocorre de forma ininterrupta, regular e essencial à comunicação dos usuários, caracterizando-se pela habitualidade e pela necessidade de fornecimento constante, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação será de 30 meses, contados da assinatura do termo de contrato. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, com previsão em edital e ateste da autoridade competente quanto às condições e preços, vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção sem ônus para qualquer das partes, nos termos do Artigo 107, da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 2.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada no Anexo I-A deste Termo de Referência.
- 2.2. A solução de telefonia consiste em:

2.2.1. Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC)

- 2.2.1.1. O Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) do Grupo 1 deste Termo de Referência deverá incluir, no único Item 1 da proposta, o total da soma das assinaturas de faixa de ramais, troncos digitais, instalação, portabilidade e outras assinaturas ou serviços que porventura possam existir;
- 2.2.1.2. O Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) será fornecido continuamente, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), com a seguinte lista de serviços:

Quadro 3 - Lista de Serviços STFC

Item	Descrição	Unidade	Qtde (mensal)	Qtde (30 meses)
1	Ligações Locais Fixo-Fixo	Minutos	1.640	49.200
2	Ligações Locais Fixo-Móvel (VC1)		3.640	109.200
3	Ligações de Longa Distância Nacional Fixo-Fixo		630	18.900
4	Ligações de Longa Distância Nacional Fixo-Móvel (VC2 e VC3)		945	28.350
5	Ligações de Longa Distância Internacional		105	3.150

- VC1 - Valor de Comunicação 1 - Ligações locais;
- VC2 - Valor de Comunicação 2 - Ligações interurbanas dentro da área de concessão;
- VC3 - Valor de Comunicação 3 - Ligações interurbanas fora da área de concessão.

- 2.2.1.3. Esse serviço deverá contemplar a portabilidade dos DDR (Discagem Direta a Ramal) do INPI, que formam 2499 ramais, segundo o quadro a seguir:

Quadro 4 - Informações de Portabilidade e Número Chave

Total de Ramais = 2499			
Número Chave: 3037-5550			
Prefixo: 3037			
Faixa de Ramais = MCDU			
3000 a 3036	3038 a 3137	3188 a 4999	5001 a 5550

MCDU - Milhar, Centena, Duzena e Unidade

- 2.2.1.4. A solução STFC poderá ser entregue através de um tronco SIP ou por uma solução de nuvem pública de telefonia;
- 2.2.1.5. Se a interconexão for por um roteador de tronco SIP (Session Initiation Protocol), este deverá ser entregue no seguinte endereço: Estrada Adhemar Bebiano, 1380 – Del Castilho – Inhaúma, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 21061-750.

2.3. Serviço Móvel Pessoal (SMP)

2.3.1. Para fins de definição das especificações mínimas dos *smartphones*, levantou-se um quadro comparativo dos aparelhos lançados entre 2024 e 2025, cujas características mínimas devem corresponder às seguintes especificações:

Quadro 5 - Especificações para os Smartphones						
Rede	Processador	Resolução	Armazenamento	Memória RAM	Câmera Traseira	Câmera Frontal
5G	2.2 GHz (8 Core)	1080 x 2340	256GB	8 GB	50MP + 8MP	16 MP

2.3.1.1. Também deverá compor os smartphones as seguintes especificações:

2.3.1.1.1. NFC - Near Field Communication;

2.3.1.1.2. Tela de 6,7 polegadas; e

2.3.1.1.2. Tecnologias 4G e 5G.

2.3.2. Os **modems** 5G do Grupo 2, Item 4 poderão possuir especificações de um modem USB 5G ou um mini modem WIFI 5G;

2.3.3 Os **tablets** 5G do Grupo 2, Item 5 deverão possuir, no mínimo, as seguintes especificações:

Quadro 6 - Especificações para os Tablets			
Rede	Tela	Armazenamento	Memória RAM
5G	11"	64GB	4GB

2.3.4. O serviço de telefonia móvel pessoal e os produtos disponibilizados, deverão ter cobertura por tecnologia 5G. Em localidades sem cobertura adequada de tecnologias 5G, o serviço deve ser prestado com, no mínimo, tecnologia 4G ou similar.

2.3.5. A contratada deverá disponibilizar roaming internacional em todos os países com os quais possua acordo para SMS e franquia de 1 (um) gigabyte diário de dados móveis, sem a necessidade de troca do SIM card, assegurando-se a continuidade do serviço para usuários em missão oficial no exterior;

2.3.6. O roaming internacional deverá atender ao menos 10 diárias para usuários que possam estar fora do país a cada mês;

2.3.7. A contratada deverá implementar mecanismo de bloqueio automático do serviço de dados em roaming internacional após o atingimento do limite estabelecido.

2.3.8. Os dispositivos móveis deverão ser substituídos se apresentarem defeitos que não se relacionem ao mau uso;

2.3.9. A cada prorrogação de contrato, todos os dispositivos móveis deverão ser substituídos por similares mais novos, com as mesmas especificações ou especificações superiores.

2.4. Parcelamento da Contratação

2.4.1. Como o objeto trata de uma única solução de telefonia, que pode ser dividida em serviço de telefonia fixa e serviço de telefonia móvel, adotou-se o Princípio do Parcelamento, dividindo-o em dois grupos visando à viabilidade econômica;

2.4.2. O objeto a ser contratado não configura um sistema integrado não sendo necessário adotar-se o Princípio da Padronização;

2.4.3. Considerando que há, no mercado, fornecedores distintos para a entrega dos serviços de STFC e SMP, o Grupo 1 e o Grupo 2 poderão ser entregues por um único fornecedor;

2.4.4. Entretanto, para o aumento da competitividade, dada a diversidade de fornecedores no mercado, bem como a busca pela vantajosidade da contratação para os licitantes e para a Administração, os Grupos 1 e 2 poderão ser entregues por fornecedores distintos.

2.4.5. O Grupo 2 não pode ser mais parcelado do que já está, por conta da inviabilidade técnica e econômica de um maior parcelamento de chips, smartphones, tablets e modems associados à prestação dos serviços de telecomunicações (STFC e SMP), uma vez que constituem elementos acessórios e vinculados à prestação do serviço de comunicação, sendo utilizados como meios de acesso e operação da infraestrutura disponibilizada pela própria operadora a ser contratada.

3 FUNDAMENTOS E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir uma comunicação confiável e eficiente, essencial para o funcionamento das atividades institucionais. A disponibilização dos serviços de STFC e SMP permite a integração entre setores, otimiza o atendimento ao público e assegura a continuidade das operações, mitigando problemas como falhas na comunicação, dificuldades de acesso remoto e indisponibilidades de contato em situações críticas.

- 3.1.1. Para o serviço STFC a interconexão com a rede do INPI poderá ser por um tronco SIP ou por uma nuvem pública de telefonia;
- 3.1.2. Se a solução for através de um tronco SIP, o INPI poderá receber a interconexão através da sua infraestrutura composta por SBC (Session Border Controller), G450 e o Session Manager do sistema Aura da Avaya;
- 3.1.3 Se a solução for através de uma nuvem pública da CONTRATADA, esta deverá conter em sua infraestrutura o Teams Phone para integrar com as licenças Microsoft E3 do INPI, com base no Princípio da Padronização;
- 3.1.4. Para o SMP, foram definidos os quantitativos de aparelhos considerando o número de servidores que, em razão da função que exercem, necessitam de aparelho móvel. Os volumes relacionados à minutagem dos planos de telefonia, bem como a respectiva quantidade de aparelhos a serem adquiridos em regime de comodato, foram estabelecidos com base na análise dos relatórios de consumo previamente disponibilizados.
- 3.1.5. A aquisição de aparelhos em comodato, no SMP, apontada no Item 1, Grupo 2 do objeto, é uma estratégia vantajosa que permite à autarquia usufruir de equipamentos modernos e atualizados sem a necessidade de investimentos ao longo do contrato. Esse modelo reduz custos operacionais, facilita a manutenção e reposição de dispositivos defeituosos e garante maior flexibilidade para atualização tecnológica conforme a necessidade do negócio. Além disso, ao optar pelo comodato, evita-se gastos com depreciação;
- 3.2. A escolha da solução considerou fatores como a infraestrutura de telefonia já existente, a previsibilidade de gastos, a adoção por outros órgãos públicos, a necessidade de mobilidade, além de ser um serviço essencial para a continuidade operacional e o atendimento à sociedade.
- 3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 7 - Plano Anual de Contratações

ID-PCA	Publicação	ID-Item	Classe/Grupo	Identificador
42521088000137-0-000001/2025	13/05/2024	7	112	183038-4/2025

- 3.4. O objeto da contratação está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2023-2026 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2026 do INPI, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Quadro 8 - Plano Estratégico

ALINHAMENTOS AO PLANO ESTRATÉGICO	
ID	Objetivos Estratégicos
08	Objetivo Estratégico 08 do Plano Estratégico Institucional 2023-2026 - Prover suporte de logística e infraestrutura econômico, eficiente e sustentável.

Quadro 9 - PDTIC

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2026	
ID	Ação do PDTIC
CGTI_045	Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) e Serviço de Móvel Pessoal (SMP) + Tablets + Modems

3.5 Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) 2024-2026

- 3.5.1 Em alinhamento institucional e à governança, esta contratação, além do Plano Estratégico 2023–2026 e do PDTIC 2024–2026 citados, vai atender de forma integrada o Plano de Logística Sustentável (PLS), reforçando o compromisso do INPI com a transformação digital, a inovação tecnológica, a segurança cibernética e a governança sustentável;
- 3.5.2 A aquisição de uma solução de telefonia está diretamente alinhada com o objetivo estratégico número 8 do Plano Estratégico 2023-2026 do INPI, que visa a "Prover suporte de logística e infraestrutura econômico, eficiente e sustentável, uma vez que a modernização da infraestrutura de TI, incluindo a adoção de uma rede de telefonia conforme objeto desta contratação, é um passo fundamental para alcançar esse objetivo, promovendo o desenvolvimento sustentável e a eficiência operacional;
- 3.5.3. A adoção de uma solução que aproveite a infraestrutura de computação em nuvem do INPI visa contribuir para a eficiência energética, para uma gestão sustentável de resíduos eletrônicos, em alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 3.5.4. O PLS enfatiza a promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, de modo que a implementação da rede de telefonia pode contribuir para essa meta quando:
- 3.5.4.1. Reduzir a necessidade de infraestrutura física, diminuindo o uso de cabos e outros materiais, o que pode mitigar o impacto ambiental da infraestrutura de telefonia e reduzir custos indiretos, como os de resíduos sólidos, uma vez que será utilizada a infraestrutura de computação em nuvem do INPI;
- 3.5.4.2. A rede de telefonia atual do INPI, agora, é capaz de suportar novas modalidades de trabalho para otimizar o uso de espaços, como: trabalho remoto e o uso de espaços compartilhados (coworking, auditórios), mencionados no plano, contribuindo para a "Racionalização da ocupação dos espaços físicos";

3.5.4.3. Como apoio à utilização de teleconferências e a viabilizar a comunicação unificada do INPI haverá reduções no uso de recurso que vão contribuir para um impacto ambiental positivo, sendo, portanto, a adoção de serviços de telefonia, fundamental, para o atingimento dos objetivos listados no plano.

3.6. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio:

4.1.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e o Serviço Móvel Pessoal (SMP) devem compreender:

4.1.1.1. A realização de chamadas para telefones fixos e móveis, nas modalidades local, longa distância nacional e internacional, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (DDR) ou linhas conforme o caso e definida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);

4.1.1.2. Portabilidade numérica;

4.1.1.3. Identificador de chamadas;

4.1.1.4. Garantia de todos os serviços adquiridos no contrato;

4.1.1.5. Garantia de que a saída fornecida pela CONTRATADA seja suficiente e necessária para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico;

4.1.1.6. Os serviços serão prestados 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante a vigência do contrato, ressalvadas as interrupções programadas, com disponibilidade anual mínima em 99,90% (noventa e nove por cento e noventa centésimos).

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1 Não faz parte do escopo a realização de capacitação na utilização dos recursos relacionados ao objeto desta contratação;

4.2.2 A transferência de conhecimento ocorrerá durante o acompanhamento da implantação e chamados para suporte técnico.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis como a lei nº 9.472/1997, conhecida como Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

4.4. Requisitos Temporais para o STFC e o SMP

4.4.1. Os serviços devem ser prestados conforme os prazos dos Quadros 10 e 11 abaixo, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogados, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE;

4.4.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.4.3. Todos os prazos citados, quando não expressos de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos;

4.4.4. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Quadro 10 - Serviço de Telefonia Fixa Comutada

Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
A CONTRATADA deverá realizar as configurações necessárias em sua própria rede e repassar, de forma tempestiva, às operadoras de telefonia Pública, informações requeridas para a configuração das respectivas redes, incluindo a publicação da faixa de numeração e a habilitação do serviço de orientação de troca de número	01 (uma) hora	10 (dez) dias
Alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas centrais telefônicas, nas características de conectividade, ou fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA	01 (uma) hora	10 (dez) dias
Alteração de endereço para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e possui folga de infraestrutura	01 (uma) hora	10 (dez) dias
Alteração de endereço para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e não possui folga de infraestrutura.	01 (uma) hora	20 (vinte) dias

Quadro 11 - Serviço Móvel Pessoal

Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
Entrega/Substituição de smartphones, modems, tablets e chips	01 (uma) hora	10 (dez) dias
Nova habilitação	01 (uma) hora	03 (três) dias
Ativação de serviços	01 (uma) hora	03 (três) dias
Desativação de linha	01 (uma) hora	02 (dois) dias
Desativação de serviços	01 (uma) hora	02 (dois) dias
Bloqueio de linha	01 (uma) hora	06 (seis) horas
Desbloqueio de linha	01 (uma) hora	06 (seis) horas
Troca de número	01 (uma) hora	03 (três) dias
Fornecimento de chip (sim card) Modem	01 (uma) hora	05 (cinco) dias
Migração e ativação de número portado para o contrato	01 (uma) hora	07 (sete) dias
Transferência de titularidade	01 (uma) hora	10 (dez) dias

4.5. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.5.1. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.5.1.1. Lei nº 12.305/ 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.5.1.2. Durante a execução de tarefas no ambiente da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá observar, o trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discricção e zelo com o patrimônio público;

4.5.1.3. Deverão ser fornecidas as documentações e manuais técnicos completos, em formato digital e em português, necessários à instalação, configuração e operação dos equipamentos.

4.6. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.6.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da CONTRATANTE;

4.6.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela CONTRATANTE. Caso não seja autorizada, é vedado à CONTRATADA adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela CONTRATANTE;

4.6.3. Os dispositivos novos fornecidos em comodato deverão atender aos requisitos mínimos de hardware constantes na Seção 2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO deste Termo de Referência.

4.6.4. Deverão ser observadas as necessidades tecnológicas constantes no item 5 do Estudo Técnico Preliminar em anexo a este Termo de Referência.

4.7. Requisitos de Implantação

4.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer os materiais necessários para prover os serviços, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, limitando-se ao fornecimento de acessórios ligados aos seus produtos para fins da correta prestação dos serviços.

4.7.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os meios necessários para a portabilidade, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE, nas localidades constantes na Seção 6 deste documento. Alertando, no entanto, que a disponibilização da infraestrutura interna dos prédios, quando necessária, será de responsabilidade da CONTRATANTE e deverá estar pronta e disponível para as operadoras para que os serviços possam ser fornecidos.

4.8. Requisitos de Garantia e Manutenção para o STFC e o SMP

4.8.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos, sob a sua responsabilidade, usados para a fruição dos serviços.

4.8.2. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 30 (trinta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato.

4.8.3. Devido às características da solução de telefonia fixa e móvel, com prévia anuência da CONTRATANTE, haverá a necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas, adaptativas e evolutivas, para os serviços especificados na Seção 2 do Objeto, pela CONTRATADA, visando à manutenção da disponibilidade da solução;

4.8.4. Para o SMP, os bens em comodato deverão ser renovados em um prazo máximo de 30 dias, se apresentarem defeitos que não se relacionem com uma má utilização ou falta de cuidados no manuseio do dispositivo;

4.8.4.1. Quando da renovação do contrato, todos os bens em comodato deverão ser renovados para outros mais novos com as mesmas especificações ou superior sem ônus para a CONTRATANTE;

4.8.4.2. Uma vez realizada a troca dos bens, caso a CONTRATADA opte por não receber o descarte dos antigos, torna-se necessário um ofício repassando-os para o INPI a fim de imobilizá-los na área responsável pelo patrimônio da autarquia;

4.9. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.9.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento de Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE;

4.9.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser prestados;

4.9.3. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 07 dias por semana de maneira eletrônica e/ou por via telefônica;

4.9.4. A execução do serviço será acompanhada pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

4.10. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.10.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade a seguir:

4.10.1.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do INPI;

4.10.1.2. A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das comunicações realizadas por meio do serviço desta contratação, nos termos do Anexo I-C e da legislação em vigor;

4.10.1.3. A CONTRATADA deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, Anexo I-C, mantendo sob sigilo as informações e comunicações de que haver conhecimento, abstendo-se de divulgá-las, garantindo o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados por meio dos enlaces utilizados na execução das atividades, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

4.10.1.4. Conforme legislação em vigor e termo de compromisso assinado, a CONTRATADA responderá caso ocorra divulgação ou uso de informação sigilosa a que tenha acesso em virtude da presente contratação;

4.10.1.5. A CONTRATADA deverá fornecer os dados dos funcionários para obter acesso aos equipamentos referentes a infraestrutura de telefonia do INPI.

4.11. Vistoria

4.11.1 A realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços é dispensável.

4.12. Sustentabilidade

4.12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.12.1.1. Quando houver necessidade de substituição de equipamentos nas dependências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá priorizar o uso de tecnologias que consumam menos energia;

4.12.1.2. A CONTRATADA deverá realizar o recolhimento e o descarte adequado de eventuais componentes ou materiais inservíveis utilizados na prestação do serviço, como cabos, equipamentos defeituosos e fios, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.12.1.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilizem materiais reciclados ou recicláveis, com o menor volume possível, porém com proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.12.1.4. Os *hardware* que contenham metais pesados, quando da necessidade de desfazimento, deverão retornar ao fabricante para a devida destinação;

4.13. Subcontratação

4.13.1 Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

4.14. Garantia da Contratação

4.14.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (**cinco** por cento) do valor **anual** da contratação.

4.14.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.14.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.14.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.14.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.14.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.14.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.14.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.14.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.14.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.14.7. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.14.8. A garantia assegurará, independentemente da modalidade escolhida, o pagamento de:

4.14.8.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto e do não adimplemento das demais obrigações previstas em contrato;

4.14.8.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração; e

4.14.8.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

- 4.14.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.14.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.14.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.14.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A2] .
- 4.14.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.14.14. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.14.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.14.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.14.17. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.14.18. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.14.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.14.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.14.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.14.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações da CONTRATADA:

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5.. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.10. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, disponível em horário comercial, aceitando-se a disponibilização de central de atendimento no estilo call center para atendimento específico ao governo e grandes clientes corporativos;
- 5.2.11. Fornecer relatório mensal detalhado com as seguintes informações:
 - 5.2.11.1. Minutagem total utilizada pela CONTRATANTE no período;
 - 5.2.11.2. Minutagem detalhada por linha telefônica;
 - 5.2.11.3. Quantidade de chamadas realizadas e recebidas por linha ou setor, quando aplicável;
 - 5.2.11.4. Distribuição das ligações por tipo (local, longa distância nacional, internacional);
 - 5.2.11.5. Volume de dados móveis consumidos por linha (quando aplicável);
 - 5.2.11.6. Identificação de excedentes ou desvios do plano contratado, com indicação das linhas responsáveis;
 - 5.2.11.7. Comparativo com os três últimos meses, destacando variações e tendências de uso;
 - 5.2.11.8. Indicação de linhas com uso nulo ou abaixo do esperado, para possível otimização do plano;
 - 5.2.11.9. Outras informações relevantes que apoiem a gestão técnica e financeira do contrato, conforme solicitação do Gestor do Contrato.
- 5.2.12. Em relação aos dispositivos móveis fornecidos em comodato no SMP:
 - 5.2.12.1. Serão fornecidos pela CONTRATADA, em regime de comodato, observando-se que não será objeto de pagamento, a título de habilitação, qualquer taxa de serviço para a ativação dos aparelhos.
 - 5.2.12.2. Entregar os aparelhos no local em que será prestado o serviço, nos endereços vinculados aos CNPJ da CONTRATANTE, que serão indicados no momento da assinatura do contrato;
 - 5.2.12.3. Realizar a entrega dos aparelhos e as habilitações das linhas conforme demanda da CONTRATANTE, mediante Ordem de Serviço (OS) ou documento eletrônico. A entrega e habilitação, incluindo a verificação de que os aparelhos constam da lista previamente aprovada, deverão ser efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para as capitais dos estados e de 15 (quinze) dias úteis para as demais localidades, a contar da solicitação da CONTRATANTE;
 - 5.2.12.4. Os aparelhos móveis novos deverão ser entregues à CONTRATANTE de acordo com os prazos de habilitação definidos deste Termo de Referência, incluindo todos os acessórios necessários à plena utilização dos serviços contratados. Constatada divergência com a especificação técnica exigida ou qualquer defeito de operação, os respectivos aparelhos serão recusados, ficando a CONTRATADA obrigada a apresentar novo modelo, observado o prazo previsto para a entrega dos aparelhos;

5.2.12.5. Recolher os aparelhos, após o fim do contrato, no local em que foi prestado o serviço, nos endereços vinculados aos CNPJ da CONTRATANTE, que foram indicados no momento da assinatura do contrato;

5.2.12.6. Manter em funcionamento contínuo todos os acessos SMP e caixa postal (correio de voz);

5.2.12.7. Providenciar, de acordo com o prazo máximo estabelecido nos requisitos temporais deste Termo de Referência, o serviço de troca de número e/ou troca de chip, sem qualquer ônus extra para a CONTRATANTE;

5.2.12.8. A CONTRATADA deverá garantir a manutenção e reposição dos aparelhos fornecidos em comodato, conforme as condições a seguir:

5.2.12.8.1. A reposição do aparelho deverá ser feita mediante solicitação formal do Gestor do Contrato;

5.2.12.8.2. A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal do novo aparelho entregue, para fins de ressarcimento por parte da CONTRATANTE;

5.2.12.8.3. Alternativamente, mediante autorização do Gestor do Contrato, a CONTRATANTE poderá fornecer o aparelho substituto;

5.2.12.8.4. O aparelho fornecido pela CONTRATANTE deverá ser da mesma marca e modelo ou, em caso de descontinuação, de modelo superior;

5.2.12.8.5. O novo aparelho entregue deverá atender às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2.12.8.6. Assistência técnica por defeito desde que não seja causado tal defeito por mau uso;

5.2.12.8.7. O reparo ou substituição deverá ser realizado sem ônus para a CONTRATANTE;

5.2.12.8.8. A CONTRATANTE deverá encaminhar o aparelho a uma empresa autorizada para emissão de laudo técnico que comprove a ausência de mau uso;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 Início da execução do objeto: 2 dias da emissão da ordem de serviço;

6.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para a CONTRATANTE, um Portal Web que permita o acompanhamento das solicitações abertas e o faturamento do contrato.

6.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente, em formato eletrônico, o detalhamento da fatura de todos os serviços cobrados, incluindo as chamadas telefônicas com suas respectivas tarifas.

6.1.4. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do contratado.

6.1.5. A CONTRATANTE poderá solicitar o bloqueio de serviços e facilidades, conforme necessidade, sem ônus adicional.

6.1.6. A CONTRATADA deverá informar com antecedência sobre quaisquer manutenções programadas que possam afetar o serviço.

6.2. Cronograma de realização dos serviços:

6.2.1 A CONTRATADA deverá atender o cronograma do Quadro 12.

Quadro 12 - Cronograma de Entrega dos Serviços

Atividades	d	d+2	d+5	d+30
Emissão da OS ou da OFB	0			
Início da Execução do Objeto		2		
Reunião Inicial			5	
Entrega dos Dispositivos SMP				30
Entrega do STFC				30

OS - Ordem de Serviço

OFB - Ordem de Fornecimento de Bens

6.3. O serviço de telefonia fixa (STFC) será instalado no Rio de Janeiro, no endereço do Datacenter, conforme o Quadro 13 abaixo.

6.4 O serviço móvel pessoal (SMP) será prestado no Rio de Janeiro, mas, algumas linhas, de acordo com a solicitação constante na Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), poderá atender as localidades abaixo:

Quadro 13 - Endereços para a Execução dos Serviços

Sede	Rua Mayrink Veiga, 9, Centro, Rio de Janeiro - RJ (CEP 20090-910)
Datacenter	Estrada Adhemar Bebiano, 1380 – Del Castilho – Inhaúma, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 21061-750
Seção de Difusão Regional da Bahia (SEDIR/BA)	Avenida Orlando Gomes, 1845, Piatã, Salvador - BA (CEP 41650-010)
Seção de Difusão Regional do Ceará (SEDIR/CE)	Rua Nogueira Acioli nº 621 - Aldeota, Fortaleza - CE (CEP 60110-140)
Seção de Difusão Regional do Espírito Santo (SEDIR/ES)	Avenida Anísio Fernandes Coelho, 1.260. Jardim da Penha, Vitória - ES (CEP 29060-670)
Coordenação de Relações Institucionais do DF (COINS/DF)	Zona Cívico-Administrativa Bloco J, Térreo, Sala T01, Esplanada dos Ministérios, Brasília - DF (CEP 70053-900)
Escritório de Difusão Regional de Goiás (EDIR/GO)	Rua 235, Quadra 70, Lote 30, nº 561, 1º andar, Setor Leste Universitário, Goiânia - GO (CEP 74605-050)
Escritório de Difusão Regional de Minas Gerais (EDIR/MG)	Avenida José Cândido da Silveira, 2000, Horto Florestal, Belo Horizonte - MG (CEP 31035-536)
Seção de Difusão Regional da Paraíba (SEDIR/PB)	Rua Emiliano Rosendo Silva, 115, salas 04 e 14, Bodocongó, Campina Grande - PB (CEP: 58431-000)
Seção de Difusão Regional do Paraná (SEDIR/PR)	Rua Marechal Deodoro, 344, 8º andar, Edifício Atalaia, Centro, Curitiba - PR (CEP: 80010-010)
Escritório de Difusão Regional de Pernambuco (EDIR/PE)	Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Campus Universitário da UFPE (Prédio da Positiva, Diretoria de Inovação, ao lado da Casa do Estudante), Engenho do Meio, Recife - PE (CEP 50670-920)
Escritório de Difusão Regional do Rio Grande do Sul (EDIR/RS)	Avenida Ipiranga, 6681, Prédio 99a, sala 212, Porto Alegre - RS (CEP 90619-900)
Seção de Difusão Regional de Santa Catarina (SEDIR/SC)	Rua Nunes Machado, 192, Centro, Florianópolis - SC (CEP 88010-460)
Coordenação de Relações Institucionais de SP (COINS/SP)	Rua Tabapuã, 41, 4º andar, Itaim-Bibi, São Paulo - SP (CEP 04533-010)

6.5. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

6.5.1. Os serviços de implantação: Dias úteis das 9h as 17h, ou a critério do CONTRATANTE;

6.5.2. A prestação dos serviços relacionados ao objeto será 24h por dia 7 (sete) dias por semana.

6.6. Materiais a serem disponibilizados

6.6.1 Para o serviço STFC, a CONTRATADA deverá atender a topologia constante no Anexo I-B deste termo de referência.

6.6.2 Para o SMP, a CONTRATANTE deverá informar a quantidade e a localidade em que serão entregues os dispositivos e serviços.

6.7. Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato

6.7.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.7.1.1. Ao final do contrato, a CONTRATADA deverá cooperar com a transição, fornecendo as informações necessárias para a continuidade da prestação dos serviços.

6.7.1.2. Para o serviço SMP, os aparelhos fornecidos pela CONTRATADA ser-lhe-ão devolvidos ao final da vigência do contrato, no estado em que se encontrarem,.

6.7.1.3. Na hipótese de perda, roubo, furto, extravio, ou qualquer impossibilidade de devolução física do dispositivo SMP, será devolvido na forma de boletim policial de ocorrência à CONTRATADA.

6.7.1.4. A CONTRATADA deverá solicitar a devolução dos aparelhos do SMP em até 30 (trinta) dias corridos, após o fim do ciclo de vigência do contrato.

6.7.1.5. Após o prazo do item acima, o INPI poderá dar a destinação que julgar conveniente ao dispositivo do SMP não retirado;

6.7.1.6. Após a solicitação de devolução efetuada pela CONTRATADA, o INPI devolverá os aparelhos do SMP em até 30 (trinta) dias corridos;

6.7.1.7. Os custos e procedimentos da logística reversa são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.8. Mecanismos Formais de Comunicação

6.8.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.8.1.1. Ordem de Serviço;

6.8.1.2. Ata de Reunião;

6.8.1.3. Ofício;

6.8.1.4. Sistema de abertura de chamados;

6.8.1.5. E-mails;

6.9. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.9.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

6.9.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, Anexo I-C, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA.

6.9.3. O Termo de Ciência deverá ser assinado pelos empregados da CONTRATADA que estejam diretamente envolvidos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de **instalação e implantação dos serviços**.

7.7. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até **05 (cinco) dias úteis** da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

7.9.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.9.1.1. Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;

7.9.1.2. Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.9.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.9.1.4. A Carta de apresentação do preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelos fiscais do contrato, ou respectivos substitutos, segundo a Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.11. O fiscal técnico, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11.1. O fiscal técnico anotará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.11.3. O fiscal técnico informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.11.4. No caso de ocorrências que inviabilizem a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.11.5. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.12. O fiscal administrativo, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.1. Caso ocorram descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor, para que tome providências cabíveis, quando ultrapassada a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.13.1. Validação dos relatórios mensais de uso; Conferência de minutagem total e por linha/setor; Avaliação do consumo de dados móveis e identificação de abusos; Análise do perfil de chamadas (local, DDD, DDI); Comparação com períodos anteriores para identificar variações incomuns; Controle de ativos em comodato; Registro dos aparelhos e *chips* entregues pela CONTRATADA; Verificação de reposições realizadas (por perda, roubo ou defeito); Conferência de notas fiscais dos equipamentos substituídos; Acompanhamento da devolução de aparelhos ao final do contrato ou em caso de desligamentos.

7.14. O gestor, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.15. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior as que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.18. O gestor tomará providências, para formalização de processo administrativo de responsabilização, com fins de aplicação de sanções, a ser conduzida: pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

- 7.19. O gestor do contrato elaborará relatório final com informações sobre os objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 7.20. O gestor do contrato deverá enviar documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará IAP - ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO, como descrito abaixo:

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na Ordem de Serviço.
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a 95 %.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
Periodicidade	Mensal
Métrica de Cálculo	$IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$ <p>Onde:</p> <p>IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço;</p> <p>ΣQ_{tap} = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência;</p> <p>ΣQ_{tr} = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>IAP ≥ 95%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP ≥ 90% e < 95%: 5% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP ≥ 80% e < 90%: 15% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP ≥ 70% e < 80%: 25% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP < 70%: 35% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p>

- 8.2. Será indicada retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 8.2.1. Não produziu os resultados acordados;
- 8.2.2. Deixou de executar, ou não executou, com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

8.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IAP não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Disponibilidade dos Serviços (SLA – Service Level Agreement) para o STCF e o SMP;

8.4.2. Percentual de disponibilidade da rede STCF e SMP;

8.4.3. Tempo de indisponibilidade dos serviços STCF e SMP;

8.4.4. Atendimento aos índices mínimos contratados.

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último; O recebimento provisório será validado diante da entrega de termo detalhado ou, em havendo mais de um, com a entrega do último;

8.10. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- 8.15.3. Emitir termo detalhado, para efeito de o recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos, para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.19. A verificação da adequação do objeto, deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência:
- 8.19.1. Equipe de fiscalização irá validar o objeto, e seu adequado funcionamento para atendimento das necessidades do INPI de acordo com as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos;
- 8.19.2. A equipe de fiscalização avaliará o objeto e utilizará o indicador de entregas de OS, previsto no termo de referência, e demais requisitos aplicáveis para aferição da qualidade.
- 8.20. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.22. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.23.1. o prazo de validade;
- 8.23.2. a data da emissão;
- 8.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.23.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.23.5. o valor a pagar; e
- 8.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.23. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.24. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.25. A Administração deverá realizar consultar ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.32. O pagamento será efetuado, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.30. No caso de atraso da CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **ICTI** de correção monetária.

8.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.34. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

8.35. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.36. Reajuste

8.36.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/01/2026.

8.36.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.36.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento dos serviços STFC e SMP

9.1.1. Nos casos de inadimplemento, na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, conforme a tabela abaixo:

ID	Ocorrência	Glosa/Sanção
1	Deixar de realizar configurações necessárias em sua própria rede (STFC ou SMP) no prazo de 2 (dois) dias.	Advertência.
		Em reincidência ou configurado prejuízo aos resultados com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor total do Contrato.
2	Reconfiguração de recursos na rede (STFC ou SMP) por parte da CONTRATADA no prazo de 2 (dois) dias.	Advertência.
		Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor total do Contrato.
3	Alteração de endereço para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e não possui folga de infraestrutura no STFC.	Multa de 3% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em não realizar a alteração de endereço, até o limite de 20 dias úteis.
		Após o limite de 20 dias úteis , aplicar-se-á multa de 4% do valor total do contrato por dia útil de atraso, observado o limite máximo de 100% (cem por cento) do valor contratual.
		Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias úteis de atraso, o fato poderá ser caracterizado como inexecução parcial ou total.
4	Não prestar esclarecimentos, referentes à execução dos serviços (STFC ou SMP), salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 06 horas úteis.	Multa de 3% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela CONTRATANTE, até o limite de 20 dias úteis.
		Após o limite de 20 dias úteis , aplicar-se-á multa de 4% do valor total do contrato por dia útil de atraso, observado o limite máximo de 100% (cem por cento) do valor contratual.
		Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias úteis de atraso, o fato poderá ser caracterizado como inexecução parcial ou total.
5	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo) da rede (STFC ou SMP).	IAP ≥ 95%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IAP ≥ 90% e < 95%: 5% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP ≥ 80% e < 90%: 15% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP ≥ 70% e < 80%: 25% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP < 70%: 35% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
6	Não entregar ou substituir smartphones, modems, tablets ou chips do serviço SMP no prazo de 10 dias	Advertência
		Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor total do Contrato.
7	Não impedir o vazamento de dados pessoais de servidores e colaboradores do INPI	Multa de 30% do valor total do Contrato.
8	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.
		Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a CONTRATADA:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.4.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.6. Compensatória, para as infrações descritas acima, alíneas “e” a “h” de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

9.4.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

9.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

9.4.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

9.4.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as infrações que se enquadrem em condições imprevistas.

9.4.11. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4.12. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.4.13. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.4.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.4.15. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.4.16. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.4.17. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.4.18. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.4.19. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.19.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.4.19.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.4.19.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.4.19.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.4.19.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.4.21. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.4.22. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.4.23. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.4.24. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4.25. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.2. Regime de Execução

10.2.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

10.3. Habilitação jurídica

10.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.9. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos **municipais ou estaduais**, relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5. Qualificação Econômico-Financeira

10.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (AC+RLP)/(PC+PNC)$$

$$SG = AT/(PC+PNC)$$

$$LC = AC/PC$$

Em que:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PC = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total

10.5.4. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação** – aplicável para o valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.

10.5.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.5.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.5.7. Os documentos referidos deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

10.5.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.6.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

10.6.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.6.3.1. STFC - Grupo 1

10.6.6.1.2 Contratos que comprovem fornecimento de pelo menos 50% de canais SIP, solicitadas no Grupo 1 do objeto da Contratação;

10.6.3.2. SMP - Grupo 2

10.6.6.2.1. Comprovação de que executou ou está executando, a contento, serviços de assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais VC1, VC3, VC3 e LDN ilimitadas, SMS (500 por mês), roaming internacional ilimitado, acesso à caixa postal, secretária eletrônica ilimitado, franquia mínima de 40 GB e fornecimento de chips e smartphones em comodato, devendo o documento conter nome, endereço e telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma para que o INPI possa valer-se para manter contato com os declarantes;

10.6.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.6.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.6.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.6.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

10.6.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.6.9. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.6.10. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.6.11. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.6.12. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.6.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6.14. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.18. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF /FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.46.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.46.6. ata de fundação;

10.46.7. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.46.8. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.46.9. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.46.10. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.46.11. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;

10.46.12. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação consta na Seção 1 deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Quadro 17 - Adequação Orçamentária				
Gestão/Unidade	18801/183038			
Fonte de Recursos	1050			
Programa de Trabalho	2801/21FI/0001			
Elementos de Despesa	Grupo1	Item 1	33903958	
	Grupo2	Item 1		
		Item 2		
		Item 3		
		Item 4	33904014	
	Item 5	33904014		
Plano Interno	CGTI			

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13.2. Cronograma Físico-Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor (mensal)	Valor (total)
Fornecimento do Serviço (STFC), nas modalidades: Local/LDN/LDI, para 2499 ramais, com SIP Trunk, e 240 (duzentos e quarenta) ligações simultâneas	30 dias após a emissão da OS		
Assinatura Mensal de linha de voz, com ligações locais VC1, VC2, VC3 e LDN ilimitadas, SMS (1.000 por mês), roaming internacional ilimitado, acesso à caixa postal, secretária eletrônica ilimitado, franquia mínima de 50 GB e fornecimento de chips e smartphones em comodato.	30 dias após a emissão da OS		
Chamadas Internacionais	30 dias após a emissão da OS		
Utilização de Voz e Dados em Roaming Internacional	30 dias após a emissão da OS		
Linha de dados, com franquia de 50 GB, com fornecimento de modems 5G e SIM Cards	30 dias após a emissão da OS		
Linha de dados, com franquia de 50 GB, com fornecimento de Tablets 5G e SIM Cards	30 dias após a emissão da OS		

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILSON JOSE SIQUEIRA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 14:28:48.

MARCOS AUGUSTO DO VALLE FREITAS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 14:49:38.

ARTHUR HENRIQUE GOES SAMARY

Integrante Requisitante

MARCUS VINICIUS DA MOTTA VIEIRA

Coordenador Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I-A - ETP 03-2025 - v3.pdf (143.29 KB)
- Anexo II - Anexo I-B - SIP - Trunk.pdf (163.81 KB)
- Anexo III - Anexo I-C - Termo de Sigilo.pdf (150.76 KB)
- Anexo IV - Anexo I-D - Termo de Ciencia.pdf (68.2 KB)
- Anexo V - Anexo I-E - Proposta de Precos - v2.pdf (138.66 KB)
- Anexo VI - Anexo I-F - Ordem de Fornecimento de Bens.pdf (231.13 KB)

MICT-INPI-INST.NAC.DA PROPR.INDUSTRIAL/RJ

Estudo Técnico Preliminar 3/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 52402.005975/2024-81

2. Descrição da necessidade

2.1 O objeto da contratação é a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC e de Serviço Móvel Pessoal (SMP) a serem executados de forma contínua, segundo as condições dos quadros a seguir:

Quadro 1 - Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC

GRUPO 1						
Item	Especificação	CATSER	Unidade	Qtd	Valor(30m)	Valor(60m)
1	Franquia de Serviço (STFC) nas modalidades: Local/LDN/LDI, com 240 (duzentos e quarenta) canais/comunicações SIP simultâneas (SIP Trunk).	26174	Serviço	1		

Quadro 2 - Serviço Móvel Pessoal

GRUPO 2						
Item	Especificação	CATSER	Unidade	Qtd	Valor (30m)	Valor (60m)
1	Assinatura Mensal de linha de voz, com ligações locais VC1, VC3, VC3 e LDN ilimitadas, SMS (1.000 por mês), roaming internacional ilimitado, acesso à caixa postal, secretária eletrônica ilimitado, franquia mínima de 50 GB e fornecimento de chips e smartphones em comodato.	26387	Assinatura Mensal	50		
2	Chamadas Internacionais	27847	Minutos	105		
3	Utilização de Voz e Dados em Roaming Internacional	27855	Diárias de Franquia	10		
4	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de modems 5G e SIM Cards	26344	Assinatura Mensal	10		
5	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de Tablet 5G e SIM Cards	26344	Assinatura Mensal	10		

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Infraestrutura, Suporte e Segurança da Informação	Arthur Henrique Góes Samary

4. Necessidades de Negócio

4.1. O Plano Estratégico do INPI aponta a eficiência e o trabalho em equipe como valores a serem perseguidos. Posto isso, com fins de contribuir com tal propósito, a telefonia fixa (STFC) e o serviço móvel pessoal (SMP) advêm como instrumento para facilitar a colaboração

- entre trabalhadores e colaboradores do instituto que estejam na sede, em atividades remotas e nas regionais, dadas as facilidades que a solução é capaz de prover.
- 4.2 Portanto, ao realizar a modernização dos atuais canais de comunicação os benefícios serão:
- 4.2.1. Promover redução de despesas com a uniformização de tarifas telefônicas das regionais, ao utilizar tarifas dos contratos da sede do INPI;
 - 4.2.2. Diminuição de ligações interurbanas entre estados;
 - 4.2.3. Eliminar a necessidade de realização de contratos de linhas telefônicas localmente, bem como melhorar os trâmites administrativos com operadoras no que tange ao recebimento e pagamento, em dia, de faturas de telefonia;
 - 4.2.4 Evitar a realização de múltiplos contratos locais de manutenção de PABX; e
 - 4.2.5 Permitir aos servidores, que estão em teletrabalho, bem como os das regionais e da sede, que se comuniquem de forma simples e ágil a partir de seus *smartphones*, *desktops*, *tablets* e aparelhos telefônicos por meio de videochamadas, mensagens instantâneas e ligações telefônicas.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. Serviço de Telefonia Fixa e Comutada - STFC

5.1.1 A solução de telefonia fixa, deverá suportar interconexões por meio de um trunk SIP (Session Initiation Protocol); A solução deverá permitir a portabilidade dos ramais do INPI; A operadora deverá permitir acesso ao seu roteador, com nível de privilégio suficiente para verificar configurações e estatísticas de rede como erros etc;

5.2 Serviço Móvel Pessoal - SMP

5.2.1 A operadora deverá permitir o roaming de voz e dados internacional; A operadora deverá permitir a portabilidade dos telefones do INPI; A operadora deverá fornecer em regime de comodato smartphones, modems e tablets.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. É essencial que na solução escolhida sejam preservados os atuais níveis de suporte e serviço e ainda possibilite seu redimensionamento, pois a solução constitui uma parte fundamental da infraestrutura de TIC do INPI, estando presente em todas as atividades da autarquia. O serviço de telefonia fixa e móvel é crucial para o funcionamento dos serviços e aplicações essenciais, de modo que qualquer interrupção ou problema em sua disponibilidade pode impactar diretamente a sociedade;

6.2. Portanto, qualquer nova solução deve garantir os mesmos padrões de suporte e serviço, com tempos de resposta rápidos e capacidade eficaz de resolução de incidentes, preservando a estabilidade e a confiabilidade necessárias para que o órgão atenda as demandas da sociedade de maneira segura e eficiente.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. Para a devida manutenção dos serviços de comunicação de telefonia fixa, os itens abaixo serão necessários:

Quadro 3 - Serviços STFC					
Itens	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade (mensal)	Quantidade (30 meses)
1	26115	Ligações Locais Fixo-Fixo	minutos	1.640	49.200
2	26123	Ligações Locais Fixo-Móvel (VC1)	minutos	3.640	109.200
3	26131	Ligações de Longa Distância Nacional Fixo-Fixo (Degraus 1 a 4)	minutos	630	18.900
4	26140	Ligações de Longa Distância Nacional Fixo-Móvel (VC2 e VC3)	minutos	945	28.350
5	27839	Ligações de Longa Distância Internacional	minutos	105	3.150

7.2. Enquanto para a telefonia móvel deverão compor o objeto os seguintes itens:

Quadro 4 - Serviços SMP

Itens	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade (mensal)	Quantidade (30 meses)
1	26387	Pacote de Serviços Empresarial (Assinatura Mensal de linha de voz, com ligações locais VC1, VC3, VC3 e LDN ilimitadas, SMS (1.000 por mês), roaming internacional ilimitado, acesso à caixa postal, secretária eletrônica ilimitado, franquia mínima de 50 GB e fornecimento de chips e smartphones em comodato.	Assinatura Mensal	50	1.500
2	27847	Chamadas Internacionais	minutos	105	3.150
3	27855	Utilização de Voz e Dados em Roaming Internacional	Diárias de Franquia	10	300
4	26344	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de modems 5G e SIM Cards	Assinatura Mensal	10	300
5	26344	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de Tablet 5G e SIM Cards	Assinatura Mensal	10	300

8. Levantamento de soluções

8.1. GRUPO 1 - SOLUÇÃO 1: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com tronco SIP (Session Initiation Protocol)

8.1.1. A abordagem tradicional de fornecimento de serviços de telefonia aos usuários internos e externos dos órgãos da administração pública é o provimento de uma infraestrutura interna centrada em um dispositivo de comutação telefônica chamado de PABX (Private Automatic Branch Exchange) que é responsável pela interface entre os terminais telefônicos pessoais e o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) provido pelas operadoras do setor, no caso do INPI um tronco SIP, que é a solução atual.

8.1.2. Na literatura (ex.: Corporate Telephony Strategies, Ronald Schlager), essa abordagem também é chamada de on premise, uma vez que necessita a aquisição de equipamentos e a sustentação de uma infraestrutura dedicada própria da organização (que, no caso do INPI, já é existente), além da contratação do STFC propriamente dito.

8.2. GRUPO 1 - SOLUÇÃO 2: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) em Nuvem

8.2.1. A telefonia em nuvem (Cloud Telephony), também chamada de PABX em nuvem (Cloud PABX), é um modelo de negócio de fornecimento do serviço de telefonia IP, incluindo o PABX, pela internet por meio de um provedor externo. Segundo estudo realizado pela BrightlinkIP, esse modelo permite que a organização reduza os seus custos de capital (CAPEX) com a aquisição e manutenção de hardwares, seja o PABX propriamente dito, seja com os terminais de telefonia IP. O serviço de telefonia em nuvem possui algumas variações no tocante aos terminais de telefonia. Há serviços que incluem o fornecimento de terminais IP na modalidade de locação de aparelhos além do serviço de PABX em nuvem. Há a opção do fornecimento do terminal em nuvem, isto é, o acesso ao terminal é virtual ou realizado por meio de aplicativo via computadores ou via telefone celular, além de uma opção menos difundida que é a utilização de equipamentos terminais próprios em conjunto com a contratação do serviço de telefonia em nuvem.

8.3 GRUPO 2 - SOLUÇÃO 1: Contratação de SMP com comodato

8.3.1. Neste tipo de contratação haverá o fornecimento de dispositivos móveis, como smartphones, tablets, modems e os indispensáveis chips que contêm os serviços que serão contratados.

8.4 GRUPO 2 - SOLUÇÃO 2: Contratação de SMP sem comodato

8.4.1. Neste tipo de contratação não há o fornecimento de dispositivos móveis, como smartphones, tablets, modems, mas os chips, que contêm os serviços que serão contratados, são indispensáveis.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Para realizar a comparação entre as soluções deve-se observar também o contexto em que a autarquia se encontra. Ou seja, a infraestrutura existente é um fator crucial na decisão. Por exemplo, o STFC tem um alto custo de implantação quando precisa de novas instalações (linhas, cabeamento, centrais telefônicas), mas como o órgão possui essa estrutura, os custos operacionais podem ser previsíveis e até mais viáveis no

curto prazo. A falta de mobilidade do STFC pode ser suprida com a aquisição de SMP (Serviço Móvel Pessoal), ou seja, o uso de telefonia celular. Isso permite que colaboradores tenham mobilidade, utilizando linhas móveis para se comunicar fora do ambiente corporativo.

9.2. Por outro lado, se a autarquia deseja expandir, integrar novas unidades ou oferecer mobilidade em um único objeto, o PABX em Nuvem ou UCaaS podem ser mais vantajosos, pois eliminam a necessidade de infraestrutura física e oferecem maior flexibilidade. Assim, a decisão deve considerar não apenas os custos imediatos, mas também a escalabilidade e necessidades futuras de comunicação.

9.3. GRUPO 1 - SOLUÇÃO 1: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com tronco SIP (Session Initiation Protocol)

Vantagens:

1. Infraestrutura atual do INPI já está preparada para este serviço;
2. Baixo custo de infraestrutura central de comunicação (PABX) por muitos anos;
3. Possibilidade de se trabalhar com diferentes tons;
4. Baixo custo na configuração de funções adicionais à central;
5. Maior controle e flexibilidade sobre o sistema de telefonia local;
6. A sinalização ocorre sobre rede própria ao invés de concorrer com os recursos de internet.

Desvantagens:

1. Menor mobilidade ao usuário;
2. Necessita de energia elétrica no datacenter;
3. Manutenção e gestão do PABX permaneceria com o INPI;
4. Necessidade de manutenção de um trunk SIP no datacenter.

9.4. GRUPO 1 - SOLUÇÃO 2: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) em Nuvem

Vantagens:

1. Maior estabilidade e qualidade de chamadas;
2. Recursos avançados, como inteligência artificial e integração com sistemas de gestão;
3. Elimina a necessidade de servidores e equipamentos locais;
4. Permite a comunicação via internet de qualquer lugar;
5. Pode ser integrado a softwares de CRM e outras ferramentas empresariais.

Desvantagens:

1. Dependência da internet;
2. Impacto da latência na qualidade das chamadas;
3. Limitações na integração da infraestrutura atual, necessitando integração com equipamentos legados;
4. Possíveis custos ocultos;
5. Segurança aprimorada, necessitando de criptografia de dados e backup automático de configurações.

9.5. GRUPO 2 - SOLUÇÃO 1: Contratação de SMP com comodato

Vantagens:

1. Possibilidade de atualizar o dispositivo móvel sempre que a tecnologia SMP avançar;
2. Garantia da compatibilidade dos dispositivos móveis com a rede da operadora contratada;
3. Possibilidade de troca de dispositivos no caso de defeitos;
4. Ampla oferta no mercado.

Desvantagens:

1. Necessita da aquisição de equipamentos, o que encarece o serviço;
2. Depende da qualidade do sinal para utilização dos serviços;
3. Custo tarifário no mercado é maior que o serviço telefônico fixo;
4. Necessidade de repor o bem no caso de mau uso ou extravio injustificado;
5. Necessita de gestão patrimonial do bem.

9.6. GRUPO 2 - SOLUÇÃO 2: Contratação de SMP sem comodato

Vantagens:

1. Não necessita da aquisição de equipamentos, o que barateia o serviço;
2. Não necessita de gestão patrimonial do bem.

Desvantagens:

- 1. Utilização dos dispositivos do próprio servidor para execução de atividades do INPI;
- 2. Necessidade frequente de atualização dos equipamentos móveis;
- 3. Custo tarifário no mercado é maior que o serviço telefônico fixo;
- 4. Depende da qualidade do sinal para utilização dos serviços.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1 Foram consideradas inviáveis as seguintes soluções:

- **GRUPO 1 - SOLUÇÃO 2: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) em Nuvem**
- **GRUPO 2 - SOLUÇÃO 2: Contratação de SMP sem comodato**

10.2 A adoção de um PABX em nuvem ou de uma solução UCaaS revela-se inviável para o órgão, considerando sua infraestrutura já consolidada, cujo desfazimento implicaria em altos custos e complexidade para adaptação. Além disso, a necessidade de garantir conformidade e segurança no atendimento às demandas institucionais adiciona um fator crítico que pode não ser plenamente atendido por essas soluções.

10.3 Outro ponto relevante é a falta de compatibilidade com equipamentos legados adquiridos anteriormente, o que exigiria investimentos adicionais para substituição.

10.4 Ademais, a dependência constante de uma conexão estável à internet representa um risco operacional, uma vez que falhas ou instabilidades podem comprometer a comunicação. Por fim, a latência inerente às transmissões via internet pode resultar em variações na qualidade do áudio, impactando negativamente a eficiência e a clareza das comunicações.

10.5 Quanto à solução de SMP, a falta de dispositivos móveis pode ser prejudicial ao INPI quando da realização de eventos externos, por necessitar de uma infraestrutura mínima nos locais em que não há internet disponível, de modo que os modems podem suprir esta necessidade. Além do mais, os dispositivos móveis, como smartphones, são úteis para os servidores em cargo de chefia e para os que estão em viagem, neste último caso necessitando de roaming internacional, que poderia incorrer em custos altos aos servidores caso tivessem de aderir a um plano internacional.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1 Com base em pesquisas no Painel de Preços do Governo Federal, encontram-se, no quadro abaixo, um levantamento de soluções, em tronco SIP, com abordagens para STFC, semelhantes ao objeto do INPI, incluindo entidades do governo federal que contrataram o serviço.

Quadro 5 - Levantamento de Soluções STFC													
Item	Objeto	Fornecedor	Órgão	UASG	Pregão	Grupo	Item	Qtd	Valor Unitário	Data da Proposta	Média Mensal	Qtd. INPI	30 meses
1	STFC - SIP	JRC	MAPA	130005	90018/2024	1	1	8	170,834	02/01/2025	1.366,67	30	41.000,10
	F-F, F-M e LDI						2	9600	0,79875		0,79875	6960	333.558,00
STFC													374.558,10
2	Instalação	Telefônica	PMSP - CET	925095	90053/2024	2	1.1	1	140,24	05/02/205	8	1	1.121,92
	Franquia STFC						2.1	8	427,37		3.418,96	30	102.568,80
	Ramais DDR						2.2	1840	0,01		0,01	2499	1.499,40
	LDI (Itens 2.3 e 2.4)						2.3	30	0,89		26,7	30	801,00
STFC													105.991,12
3	Entroncamento SIP	VIVO	MMA	440001	90003/2025	1	1	1	321,00	21/03/2025	321,00	30	9.630,00
STFC													9.630,00
Média para STFC													163.393,7

11.2 A proposta do item 3 é interessante, por ser um simples tronco SIP, porém não foram observadas informações referentes à volumetria em minutos nem a quantidade de ramais que vão utilizar os serviços da Vivo. Embora o valor mensal do item 3 não esteja muito discrepante do que o INPI vem pagando, em seu contrato STFC atual, 05/2021, em que a média mensal, no ano de 2025, está em torno de R\$481,71, há ressalvas em relação à proposta do item 3, visto que o seu termo de referência está vago nas especificações técnicas.

11.3 O objeto do INPI, referente ao SMP, inclui smartphones, modems, tablets e serviços de roaming internacional.

11.4 Na tabela abaixo, está o levantamento das soluções de Serviço Móvel Pessoal (SMP), os quais foram retirados do Pannel de Preços do Governo Federal.

Quadro 6 - Levantamento de Soluções - SMP

Item	Objeto	Fornecedor	Órgão	UASG	Pregão	Grupo	Item	Qtd	Valor Unitário	Data da Proposta	Média Unitária	Qtd. INPI	30 meses
1	Smartphone	Maxxmobi	ANA	443001	90009/2024	1	1	5	430,29	18/12 /2024	430,29	50	645.435,00
	Roaming						5	50	45,92		45,92		68.880,00
Serviço Móvel Pessoal - SMP													714.315,00
2	Assinatura mensal, com ligações (VC1) e LDN (VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMSs (limitados a 2.000 por mês), roaming nacional ilimitado, acesso à caixa postal/secretária eletrônica ilimitado, uso ilimitado do aplicativo Whatsapp, franquia mínima de dados de 50 GB, fornecimento de SIM CARD, serviço de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM) e de SMARTPHONE em regime de comodato	TIM	COREN - DF	389325	90002/2024	1	1	5	283,33	04/09 /2024	283,33	50	424.995,00
Serviço Móvel Pessoal - SMP													424.995,00
3	Assinatura de serviço SMP, incluindo internet de 6 GB mensais, com aparelhos celulares, contendo ao menos 8 núcleos, Android 14 ou superior, 8 GB de RAM, 256 GB de armazenamento, tela de 6.7", dual chip, carregador com entrada USB, em comodato por 24 meses.	TIM	Prefeitura Municipal de Barcarema - PA	980425	99014/2025	1	1	395	87,50	17/04 /2025	87,50	50	131.250,00
Serviço Móvel Pessoal - SMP													131.250,00
Média para Serviço Móvel Pessoal - SMP (60 meses)													423.520,00

11.4.1 Descrição e detalhamento de planos de telefonia móvel:

Em consulta aos sítios eletrônicos das operadoras de telefonia móvel (realizada em 06/03/2025) obteve-se o seguinte quadro comparativo:

CLARO			
Plano	Franquia	Serviços	Preço (Mensal)
Claro-pós 50GB	50GB	Ligações Ilimitadas p/ fixo ou móvel do Brasil; 10 GB p/ redes sociais; Whatsapp + Waze Ilimitados	R\$69,99
Claro-pós 130GB	130GB	Ligações Ilimitadas p/ fixo ou móvel do Brasil; 30 GB p/ redes sociais; Whatsapp + Waze Ilimitados	R\$99,99
VIVO			
Plano	Franquia	Serviços	Preço (Mensal)
Vivo 30GB	30GB	Ligações Ilimitadas p/ fixo ou móvel locais; SMS ilimitado para qualquer operadora do Brasil.	R\$ 69,99
Vivo 100GB	100GB	Ligações Ilimitadas p/ fixo ou móvel locais; SMS ilimitado para qualquer operadora do Brasil.	R\$ 99,99
TIM			
Plano	Franquia	Serviços	Preço (Mensal)
TIM Black Empresa 60GB	60GB	Ligações Ilimitadas p/ qualquer operadora; Redes Sociais Ilimitadas; Até 800 SMS para qualquer operadora.	R\$69,99
TIM Black Empresa 70GB	70GB	Ligações Ilimitadas p/ qualquer operadora; Redes Sociais Ilimitadas; Até 800 SMS para qualquer operadora.	R\$74,99
TIM Black Empresa 90GB	90GB	Ligações Ilimitadas p/ qualquer operadora; Redes Sociais Ilimitadas; Até 800 SMS para qualquer operadora.	R\$124,99
TIM Black Empresa 140GB	140GB	Ligações Ilimitadas p/ qualquer operadora; Redes Sociais Ilimitadas; Até 800 SMS para qualquer operadora.	R\$174,99

11.4.2 Especificação técnica dos equipamentos em comodato.

Rede	Processador	Resolução	Armazenamento	Memória RAM	Câmera Traseira	Câmera Frontal
5 G	2.2 GHz (8 Core)	1080 x 2340	256 GB	8 GB	50MP + 8MP	16 MP

Para fins de definição da especificação mínima dos equipamentos, levantou-se um quadro comparativo dos aparelhos lançados entre 2024 e 2025 e selecionou-se as características mais recorrentes aplicando-se a medida estatísticas moda para cada caraterística. Os preços e as especificações técnicas foram coletados dos sites oficiais das fabricantes conforme quadro a seguir.

Item	Marca	Modelo	Processador	Resolução	Armazenamento	RAM	Câmera Traseira	Câmera Frontal	Preço (aproximado)
1	Samsung	S24	3.1GHz (10 core)	1080x2340	512GB	8GB	50MP+10MP +12MP	12MP	6.450
2		A55	2.4Ghz (8 core)	1080x2340	256GB	8GB	50MP+12MP+5MP	32MP	3.324
3		A35	2.2GHz (8 core)	1080x2340	256GB	6GB	50MP+8MP+5MP	13MP	2900
5		M35	2.2GHz (8 core)	1080x2340	256GB	8GB	50MP+8MP+5MP	13MP	1400
6		A25	2.1GHz (8 core)	1080x2340	256GB	8GB	50MP+8MP+2MP	13MP	1400
7	Xiaomi	Redmi Note 13	2.8GHz (8 core)	1080x2400	128/256GB	6/8GB	108MP+8MP+2MP	16MP	2500
8		Redmi Note 13 Pro	2.4GHz (8 core)	1220x2712	256GB	8GB	200MP+8MP+2 MP	16MP	3.200
9		Redmi Note 14	2.5GHz (8 core)	1080x2400	256GB	8GB	108MP+8MP+2MP	20MP	3.000
10		Redmi Note 14 Pro	2.5GHz (8 core)	1220x2712	256/512GB	8 /12GB	200MP+8MP+2MP	20MP	4.700
11		Redmi Note 14 Pro +	2.5GHz (8 core)	1220x2712	256/512GB	8 /12GB	200MP+8MP+2MP	20MP	6000
12		POCO X7 PRO	3.2GHz (8 core)	1220x2712	512GB	12GB	50MP+8MP	20MP	5.200
13		POCO X7	2.5GHz (8 core)	1220x2712	256/512GB	12GB	50MP+8MP+2MP	20MP	4.200
14		POCO X6 PRO	3.3GHz (8 core)	1220x2712	256/512GB	8 /12GB	64MP+8MP+2MP	16MP	4500
15		POCO X6	2.4GHz (8 core)	1220x2712	256GB	8GB	64MP+8MP+2MP	16MP	2.670
16	Motorola	Moto G 84	2.2GHz (8 core)	1080x2400	256GB	8GB	50MP+8MP	16MP	1.500
17		Moto G 55	2.5GHz (8 core)	1080x2400	256GB	8GB	50MP+8MP	16MP	1.600
18		Moto G 34	2.2GHz (8 core)	720x1600	256GB	8GB	50MP+2MP	16MP	1.080
Média dos Aparelhos									3.272

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

Quadro 6 - Serviços STFC		
ITEM	DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO DO SERVIÇO
1	LOCAL-FF	Serviço telefônico fixo-fixo na modalidade local, assim entendidas as ligações oriundas da área local para telefones fixos nesta mesma área.
2	LOCAL-FM-IO	Serviço telefônico fixo-móvel intraoperadora modalidade local. Ligações oriundas da área local para telefones móveis da mesma operadora nesta mesma área.
3	LOCAL-FM-EO	Serviço telefônico fixo-móvel extraoperadora modalidade local. Ligações oriundas da área local para telefones móveis de outra operadora nesta mesma área.
4	LDN-FF-QO	Serviço telefônico fixo-fixo na modalidade longa distância nacional (degraus 1 a 4). Ligações oriundas da área local destinadas a telefones fixos para qualquer operadora em áreas com código nacional diferente da área local, em todo o país.
5	LDN-FM-QO	Serviço telefônico fixo-móvel intraoperadora e extraoperadora, na modalidade longa distância nacional. Ligações oriundas da área local destinadas a telefones móveis para qualquer operadora em áreas com código nacional diferente das áreas locais, em todo o país.
6	Assinatura básica	Valor devido pelo assinante em contrapartida da manutenção da disponibilidade do acesso telefônico de forma individualizada para fruição contínua do serviço.
7	Habilitação do serviço	Taxa única devida pelo assinante, no início da prestação do serviço, que lhe possibilita a fruição imediata e plena do STFC.

12.2. Serviço Móvel Pessoal (SMP).

Quadro 7 - Serviços SMP		
ITEM	DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO DO SERVIÇO
1	Ligações Locais Móvel-Móvel	Chamadas realizadas entre dois celulares dentro da mesma área local, independentemente da operadora.
2	Ligações Locais Móvel-Fixo;	Chamadas feitas de um celular para um telefone fixo dentro da mesma área local.
3	Ligações Locais Móvel-Móvel Intraoperadora	Chamadas entre celulares da mesma operadora dentro da área local
4	Ligações Locais Móvel-Móvel Extraoperadora	Chamadas entre celulares de operadoras diferentes dentro da mesma área local
5	Ligações de Longa Distância Nacional Móvel-Móvel (VC2 e VC3)	Chamadas entre celulares de diferentes DDDs dentro do Brasil. VC2 é entre regiões próximas, e VC3 entre regiões mais distantes.
6	Ligações de Longa Distância Internacional Móvel-Móvel e Móvel-Fixo	Chamadas feitas de um celular para outro celular ou telefone fixo em outro país. Tarifas variam conforme a operadora e o destino da ligação.
7	Dispositivo móvel em comodato	Modalidade em que a operadora fornece um celular ao cliente sem custo ou com subsídio, vinculado a um contrato de fidelidade. O aparelho deve ser devolvido em caso de rescisão antecipada do contrato.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 586.913,70

Quadro 8 - Custos para Serviços STFC	
Média para STFC (30 meses)	163.393,7

Média para Serviço Móvel Pessoal - SMP (30 meses)	423.520,00
---	------------

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. A comunicação qualificada permite a cooperação entre equipes. Por este motivo, o desenvolvimento da competência em gestão da comunicação corporativa, no INPI, tende a promover a produtividade dos profissionais (objetivo estratégico do Instituto voltado a pessoas).

14.2. O uso de serviço de telefonia é imprescindível para a realização das atribuições diárias dos setores da Instituição, sejam elas meio ou finalísticas, uma vez que a comunicação telefônica se faz necessária para o desenvolvimento e finalização de muitas de suas atividades, além da necessidade permanente e inafastável de comunicação entre as unidades regionais.

14.3 A presente contratação foi estruturada em dois grupos distintos, abrangendo STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) com SIP Trunking e SMP (Serviço Móvel Pessoal) com aparelhos em comodato, tendo em vista que ambas as soluções são complementares e atendem a diferentes necessidades de comunicação do órgão.

14.4 O STFC garante estabilidade, segurança e previsibilidade nos serviços de telefonia fixa, essencial para operações internas e fluxos de atendimento institucionais, enquanto que o SMP proporciona mobilidade e flexibilidade, permitindo que equipes em campo ou em deslocamento mantenham comunicação contínua e segura. Essa divisão possibilita uma gestão mais eficiente dos recursos, assegurando que cada modalidade seja contratada de forma específica, respeitando suas particularidades técnicas e operacionais.

14.5 A escolha do STFC, com SIP Trunking, se justifica tecnicamente por ser uma estrutura já existente na autarquia. A previsibilidade de gastos é outro fator determinante, uma vez que o SIP Trunking proporciona um modelo de tarifação mais transparente, eliminando custos variáveis, reduzindo custos operacionais e simplificando a gestão da telefonia. Além do mais, o SIP Trunk pode ser gerenciado centralmente, com menor necessidade de manutenção física, reduzindo deslocamentos para suporte técnico e otimizando o tempo da equipe de TI. A compatibilidade com soluções modernas, também possibilita futuras expansões sem grandes investimentos.

14.6 A escolha do SMP (Serviço Móvel Pessoal) com aparelhos em comodato se justifica por considerar a necessidade do órgão em manter a comunicação móvel eficiente, segura e previsível em termos de custos e gestão. A mobilidade e a flexibilidade do SMP proporciona aos colaboradores uma comunicação constante e independente da localização. O SMP oferece maior dinamismo para equipes que atuam em campo, em deslocamento ou que necessitam de resposta rápida. Além disso, o uso de dispositivos móveis possibilita a integração com aplicativos institucionais, VPNs corporativas e sistemas internos, aumentando a produtividade e eficiência operacional.

14.7 Essa modalidade permite a substituição rápida em caso de falhas e garante que os dispositivos sempre tenham suporte e manutenção por parte da operadora ou fornecedor, minimizando impactos operacionais e garantindo continuidade dos serviços.

14.8 Outro ponto relevante, em relação ao SMP, é a padronização dos dispositivos, que facilita a gestão de segurança e configurações institucionais. Com aparelhos fornecidos em comodato, é possível garantir que todos os dispositivos atendam aos requisitos mínimos de desempenho, compatibilidade com sistemas internos e segurança. Isso evita problemas comuns em ambientes onde os usuários utilizam dispositivos próprios (BYOD), como falta de compatibilidade, dificuldades de suporte técnico e riscos de segurança.

14.9 A segurança da informação também é um fator crítico na escolha do SMP com aparelhos em comodato. Dispositivos corporativos podem ser configurados com perfis de segurança gerenciados remotamente, permitindo o uso de soluções como MDM (Mobile Device Management) para controle de acessos, criptografia de dados e restrição de aplicativos não autorizados. Isso reduz significativamente os riscos de vazamento de informações sensíveis e possibilita a desativação remota dos aparelhos em caso de perda ou roubo.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1 GRUPO 1 - SOLUÇÃO 1: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com tronco SIP (Session Initiation Protocol).

17.1.1 Reaproveitamento da infraestrutura existente no INPI, em que serão reutilizados os telefones IP e todo o ambiente de rede e de segurança que foram disponibilizados no datacenter.

15.2 GRUPO 1 - SOLUÇÃO 1: Serviço Móvel Pessoal (SMP).

17.2.1 Possibilidade de renovação dos dispositivos em comodato sempre que necessário sem ser necessário realizar novos investimentos no futuro, visto que aparelhos em comodato mantém um parque tecnológico atualizado sem custos elevados de aquisição.

17.2.2 Por fim, a previsibilidade de gastos é uma vantagem estratégica para o órgão. O modelo de comodato normalmente está atrelado a contratos com planos corporativos, nos quais os custos são fixos e incluem pacotes de minutos, dados e SMS, eliminando surpresas com despesas extras. Esse modelo também facilita o orçamento e a prestação de contas, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e dentro das diretrizes financeiras do órgão.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de planos de telefonia fixa e móvel, incluindo aparelhos em comodato, traz diversas vantagens estratégicas para o INPI, garantindo economia, eficiência e melhoria na comunicação corporativa.

No caso da telefonia fixa, a autarquia já conta com uma estrutura física instalada, o que reduz significativamente os custos de implantação, permitindo a otimização dos recursos existentes sem a necessidade de novos investimentos em infraestrutura. Isso assegura uma comunicação estável e de qualidade com clientes, fornecedores e parceiros.

Já na telefonia móvel, a contratação de um plano específico garante maior flexibilidade e mobilidade para a equipe, possibilitando uma comunicação ágil, independente da localização. Com isso, os servidores podem se manter conectados mesmo fora do ambiente de trabalho, o que contribui para a produtividade e a eficiência operacional.

Além disso, a inclusão de aparelhos em comodato elimina a necessidade de um alto investimento na compra de dispositivos, reduzindo custos operacionais. Os equipamentos fornecidos pela operadora contam com suporte técnico e substituição em caso de necessidade, garantindo maior estabilidade e continuidade das atividades.

Outro benefício relevante é a previsibilidade de custos, já que os planos costumam incluir pacotes de minutos, dados e serviços adicionais em mensalidades fixas, evitando despesas inesperadas e facilitando o planejamento financeiro do órgão.

Por fim, o INPI se beneficia da modernização contínua dos aparelhos e da infraestrutura de telecomunicações, mantendo-se sempre atualizada.

Dessa forma, a contratação de planos de telefonia fixa e móvel, aliada ao fornecimento de aparelhos em comodato, não apenas melhora a comunicação e a eficiência, mas também gera economia e previsibilidade financeira, contribuindo diretamente para o crescimento e sucesso dos negócios da autarquia.

17. Providências a serem Adotadas

17.1 GRUPO 1 - SOLUÇÃO 1: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com tronco SIP (Session Initiation Protocol).

17.1.1 Infraestrutura de Rede – Reconfiguração do ambiente de networking para receber o roteador da operadora.

17.2 GRUPO 1 - SOLUÇÃO 1: Serviço Móvel Pessoal (SMP).

17.2.1 Levantamento dos usuários que necessitam de dispositivos móveis através de uma planilha com os dados necessários para a adequada distribuição dos bens;

17.2.2. Acompanhamento da entrega dos dispositivos móveis do contrato anterior.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição de serviços STFC e SMP são exequíveis, visto que a atualização desse ambiente permitirá maior agilidade de comunicação e, consequentemente, ganho na resolução de problemas mais rapidamente.

A telefonia fixa visa manter o serviço de comunicação entre os servidores, colaboradores, fornecedores e usuários que utilizam os serviços do INPI, bem como será o meio de comunicação com as regionais do INPI, sendo, portanto, uma solução imprescindível para o apoio aos negócios do INPI.

Já a telefonia móvel será útil para os servidores do INPI que necessitam de deslocamentos dentro ou fora do país, tendo em vista que o serviço de roaming vem facilitar a comunicação desses servidores com a autarquia.

Ao considerar que a finalidade dos serviços de telefonia fixa e móvel pessoal é aproximar mais servidores, colaboradores, agentes de PI e a sociedade, para aumento de eficiência nas comunicações com regionais, academia, teletrabalho e institutos nacionais e internacionais, permitindo, ainda, economias quando da necessidade de deslocamento, conclui-se que a contratação dos referidos serviços é instrumento viável e imprescindível para melhoria do processo de comunicação no INPI.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILSON JOSE SIQUEIRA

Integrante Técnico

MARCOS AUGUSTO DO VALLE FREITAS

Integrante Administrativo

ARTHUR HENRIQUE GOES SAMARY

Integrante Requisitante

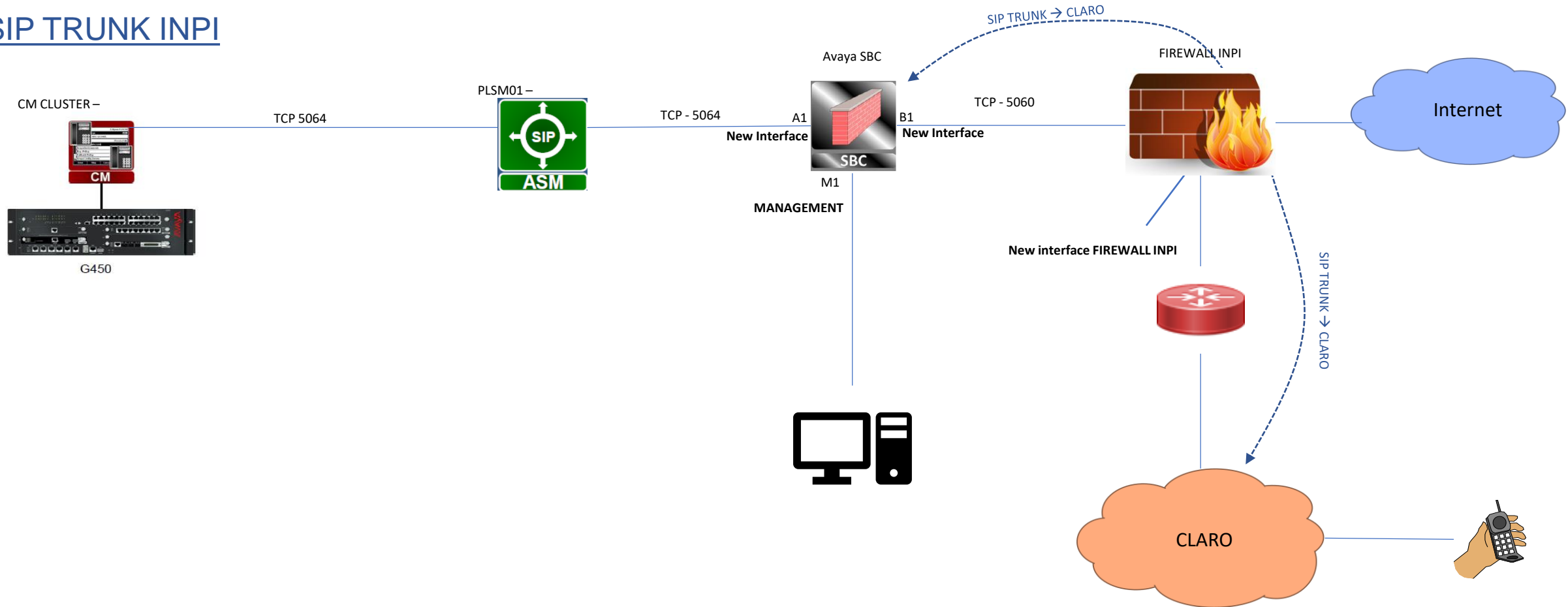
MARCUS VINICIUS DA MOTTA VIEIRA

Coordenador Geral de Tecnologia da Informação

Anexo I-B

Topologia SIP Trunk

SIP TRUNK INPI



ANEXO I-C – TERMO DE PROTEÇÃO DE DADOS E SIGILO

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, autarquia federal, criado pela Lei 5.648, de 11 de dezembro de 1970, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, na Praça Mauá, 7, inscrito no CNPJ/MF sob o número 42.521.088/0001-37, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a _____, sediada em _____, CNPJ _____, doravante denominada CONTRATADA;

Considerando que, em razão do Contrato _____ doravante denominado Contrato Principal, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE;

Considerando a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

Considerando o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, doravante, vinculado ao Contrato Principal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do Contrato Principal celebrado entre as partes para salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: É o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: São aquelas cujo acesso é irrestrito, obtidas por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: São todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiro.

Informações Sigilosas: São aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: Contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informações sigilosas toda e qualquer informação escrita ou oral revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O termo informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know how*, técnicas,

especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao Contrato Principal, doravante denominados Informações, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato Principal celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato Principal.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do Contrato Principal.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que:

- I. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I. A CONTRATADA deve firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizada por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I. Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do Contrato Principal.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas para impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das informações proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III. Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV. Identificar pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA PROTEÇÃO DOS DADOS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA compromete-se a observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), mediante a implementação de medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos de segurança da informação e privacidade, visando assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA garante a transparência ao INPI das práticas de proteção e tratamento dos dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas a esse respeito no âmbito de suas atividades.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA compromete-se a tratar qualquer dado pessoal obtido por meio da relação com o INPI apenas para as finalidades específicas e legítimas acordadas, com o seu armazenamento apenas pelo tempo necessário.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA não disponibilizará a terceiros dados pessoais advindos da relação com o INPI, exceto se houver a expressa autorização do INPI, por escrito, nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA responsabilizará seus colaboradores por eventual violação deste contrato, bem como assumirá única e integralmente a responsabilidade de natureza administrativa, civil e criminal pelo compartilhamento não autorizado pelo INPI dos dados pessoais decorrentes da presente relação, para quaisquer fins ou propósitos.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA deverá notificar prontamente o INPI sobre a ocorrência de violação de sua segurança interna, comprometimento ou vazamento de dados pessoais, e sobre as medidas para mitigação ou remediação adotadas ou planejadas em resposta ao incidente.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA se compromete a eliminar todos os dados pessoais decorrentes da presente relação com o INPI, salvo nos casos de expressa autorização do INPI, por escrito, conforme as hipóteses previstas em lei.

Parágrafo Oitavo - Antes, durante e após a relação ora estipulada, a CONTRATADA/PARTÍCIPE, por si, seus representantes, prepostos, empregados, gerentes ou procuradores, obriga-se a manter sob sigilo ou acesso restrito os dados, informações e documentos descritos no art. 5º da Portaria INPI/PR nº 512, de 25 de outubro de 2019, que institui a Política de Relacionamento e Transparência do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o que abrange toda e qualquer informação verbal ou escrita, tangível ou no formato eletrônico, obtida direta ou indiretamente em função do presente contrato.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do Contrato Principal.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor, podendo culminar na rescisão do Contrato Principal firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tais como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I.** A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA referentes à contratação em comento;
- II.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao Contrato Principal.
- III.** A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de termo aditivo ao Contrato Principal;

VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Parágrafo Quarto – Estabelecidas as condições no presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, a CONTRATADA concorda com os termos da declaração acima, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e plenamente capacitada a prestar o serviço contratado.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2025.

assinatura do representante legal da CONTRATADA



Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO I-D - TERMO DE CIÊNCIA

Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:	Instituto Nacional da Propriedade Industrial		
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor das disposições previstas no Edital nº/20..... e de seus anexos, responsabilizando-se pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados.

Ciência.

Funcionários da Contratada	
<hr/> <Nome> <Qualificação>	<hr/> <Nome> <Qualificação>

Rio de Janeiro, de de

De acordo.

Equipe de Gestão do Contrato	
<hr/> <Nome> <Qualificação>	<hr/> <Nome> <Qualificação>
<hr/> <Nome> <Qualificação>	



Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO I-E – MODELO – PROPOSTA DE PREÇO

Grupo I – STFC (SIP TRUNK)

Grupo I					
Itens	Solução de Comunicação Unificada	Métrica	Qtde	Valor (30m)	Valor (60m)
1	Serviços de telefonia fixa comutada (STFC), por SIP Trunk ou por nuvem pública de telefonia, visando disponibilizar 2.499 (dois mil quatrocentos e noventa e nove) ramais, com suporte a, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) chamadas simultâneas, garantindo qualidade, disponibilidade e interoperabilidade com a infraestrutura de comunicação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.	Unidade	01		
Total de Investimento e Serviços					

Declaramos que os serviços ofertados atendem às especificações técnicas presentes no Termo de Referência da contratação e cumprimos todas as condições presentes no contrato, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº _____/2025.

Valor Global: R\$ _____, _____ (_____)

Nome Empresarial: _____

CNPJ/MF: _____

_____, em ____ de _____ de _____

(Assinatura do Representante Legal)
(Nome do representante Legal; Número e Designação do órgão emissor da Identidade)



Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação

Grupo 2 – SMP

Item	Garantia e Suporte Técnico	Métrica	Qtde	Valor (30m)	Valor (60m)
1	Assinatura Mensal de linha de voz, com ligações locais VC1, VC2, VC3 e LDN ilimitadas, SMS (1.000 por mês), roaming internacional ilimitado, acesso à caixa postal, secretária eletrônica ilimitado, franquia mínima de 50 GB e fornecimento de chips e smartphones em comodato.	Assinatura Mensal	50		
2	Chamadas Internacionais	Minutos	105		
3	Utilização de Voz e Dados em Roaming Internacional	Diárias de Franquia	10		
4	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de MODEMs 5G e SIM Cards	Assinatura Mensal	10		
5	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de Tablets 5G e SIM Cards	Assinatura Mensal	10		
Total de Serviços					

Declaramos que temos ciência das condições necessárias para a prestação dos serviços e nos comprometemos a prestá-los com a qualidade necessária nos termos contantes no Termo de Referência e de seus Anexos, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº _____/2025.

Valor Global: R\$ _____, ____ (_____)

Nome Empresarial: _____

CNPJ/MF: _____

_____, em ____ de _____ de _____

(Assinatura do Representante Legal)
(Nome do Representante Legal; Número e Designação do órgão emissor da identidade)



Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO I-F – ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1. Identificação da ordem de fornecimento

Nº da OF	Data de Emissão	Nota de Empenho	Data da Emissão

2. Identificação da empresa contratada

Nome da Empresa	
CNPJ	Inscrição Estadual
Endereço	
Telefone	E-mail

3. Responsável pelo Recebimento dos Bens e Serviços

Responsável pelo Recebimento	Telefone	E-mail

4. Bens e Serviços a serem fornecidos

Item	Descrição	Qtd	Data (*)	Valor (R\$)	Local

(*) Observar prazos máximos definidos no Projeto Básico.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Rio de Janeiro, de de

Gestor do Contrato



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 (PE Nº 90.012/2026)

PROCESSO Nº 52402.005975/2024-81

ANEXO II

VALORES DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 (PE Nº 90.012/2026)
PROCESSO Nº 52402.005975/2024-81

ANEXO II - VALORES DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO

Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), por meio de entroncamento SIP (SIP Trunk) ou por nuvem pública de telefonia STFC, e Serviço Móvel Pessoal (SMP), nos termos da tabela do Termo de Referência, e conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Grupo	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor mensal (item 1) / Unitário mensal (G2)	Valor total (30 Meses)
-	1	Serviços de telefonia fixa comutada (STFC), por SIP Trunk, visando disponibilizar 2.499 (dois mil quatrocentos e noventa e nove) ramais, com suporte a, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) chamadas simultâneas, garantindo qualidade, disponibilidade e interoperabilidade com a infraestrutura de comunicação do INPI.	serviço	1	R\$ 9.175,02	R\$ 275.250,60
1	1	Assinatura Mensal de linha de voz, com ligações locais VC1, VC2, VC3 e LDN ilimitadas, SMS (1.000 por mês), roaming internacional ilimitado, acesso à caixa postal, secretária eletrônica ilimitado, franquia mínima de 50 GB e fornecimento de chips e smartphones em comodato.	Assinatura Mensal	50	R\$ 272,65	R\$ 408.975,00
	2	Chamadas Internacionais	Minutos	105	R\$ 1,22	R\$ 3.843,00
	3	Utilização de SMS e Dados em Roaming Internacional (mínimo 1GB)	Diárias de Franquia	10	R\$ 25,83	R\$ 7.749,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

	4	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de MODEMs 5G e SIM Cards em comodato.	Assinatura Mensal	6	R\$ 245,00	R\$ 44.100,00
	5	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de Tablets 5G e SIM Cards em comodato.	Assinatura Mensal	6	R\$ 228,33	R\$ 41.099,40
Valor total da contratação						R\$ 781.017,00

VALOR GLOBAL MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 781.017,00 (Setecentos e oitenta e um mil e dezessete reais)

VALOR GLOBAL MÁXIMO – GRUPO 1: R\$ 275.250,60 (duzentos e setenta e cinco mil e duzentos e cinquenta reais e sessenta centavos).

VALOR GLOBAL MÁXIMO – GRUPO 2: R\$ 505.766,40 (Quinhentos e cinco mil e setecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 (PE Nº 90.012/2026)

PROCESSO Nº 52402.005975/2024-81

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

(Processo Administrativo nº 52402.005975/2024-81)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /, QUE FAZEM ENTRE SI
O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E

.....

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI, Autarquia Federal, criado pela Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com sede na Rua Mayrink Veiga nº 09 - Centro - Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.521.088/0001-37, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 52402.005975/2024-81 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), por meio de entroncamento SIP (SIP Trunk) ou por nuvem pública de telefonia STFC, e Serviço Móvel Pessoal (SMP), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

Grupo 1 – Serviço de Telefônico Fixo Comutado - STFC						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de telefonia fixa comutada (STFC), por SIP Trunk, visando disponibilizar 2.499 (dois mil quatrocentos e noventa e nove) ramais, com suporte a, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) chamadas simultâneas, garantindo qualidade, disponibilidade e interoperabilidade com a infraestrutura de comunicação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.	26174	Serviço	1	R\$	R\$
Grupo 2 – Serviço Móvel Pessoal						
2	Assinatura Mensal de linha de voz, com ligações locais VC1, VC2, VC3 e LDN ilimitadas, SMS (1.000 por mês), roaming internacional, acesso à	26387	Assinatura Mensal	50	R\$	R\$



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

	caixa postal, secretária eletrônica ilimitado, franquia mínima de 50 GB e fornecimento de chips e smartphones em comodato					
3	Chamadas Internacionais	27847	Minutos	105	R\$	R\$
4	Utilização de SMS e Dados em Roaming Internacional (mínimo 1GB)	27855	Diárias de Franquia	10	R\$	R\$
5	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de MODEMs 5G e SIM Cards em comodato	26344	Assinatura Mensal	6	R\$	R\$
6	Linha de dados, com franquia de 50GB, com fornecimento de Tablets 5G e SIM Cards em comodato	26344	Assinatura Mensal	6	R\$	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados do data da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais:

9.35.1 Para os serviços de telefonia fixa, serão prestados no endereço do Datacenter - Estrada Adhemar Bebiano, 1380 – Del Castilho – Inhaúma, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 21061-750;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade:
- II) Fonte de Recursos:
- III) Programa de Trabalho:
- IV) Elemento de Despesa:
- V) Plano Interno:
- VI) Nota de Empenho:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-